

EDITAL nº 001/2023

Dispõe sobre o Processo Eleitoral do Conselho Tutelar, para gestão de 10 de janeiro de 2024 a 09 de janeiro de 2028.

O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Carlos Barbosa, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente EDITAL, para conhecimento dos interessados, que, com base na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e Lei Municipal 2.997, de 17 de dezembro de 2013 e suas alterações Lei Municipal 3.164, de 21 de fevereiro de 2019 que trata da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, estão abertas as inscrições para a escolha dos 05 (cinco) membros Titulares do Conselho Tutelar e seus respectivos Suplentes, para a gestão, a contar em 10 de janeiro 2024 a 09 janeiro 2028.

1. DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL DESIGNADA

Presidente do COMDICA: Lenon Bezutti
Sociedade Civil: Susana Misturini e Janete Battistello Faraco
Esfera Governamental: Angela Rita Cauduro Villa e Taila Kunz
Coordenador de Relações Institucionais e Captação de Recursos: Fabio Dolzan

2. ATRIBUIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

A comissão eleitoral organizará, coordenará, bem como adotará todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e posse dos membros do Conselho Tutelar.

3. DA REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO E ELEITORAL

Conforme deliberação em reunião do COMDICA datada de 22 de fevereiro de 2023, juntamente com a Lei Municipal nº 2.997/2013 e suas alterações nº 3.164/2019, Resolução nº 170/2014 do CONANDA e Lei Federal 8.069/90 – ECA e suas alterações.

4. DA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

4.1. São requisitos para candidatar-se a Conselheiro(a) Tutelar:

- I – reconhecida idoneidade moral;
- II – idade superior a vinte e um anos;
- III – residir no município há no mínimo dois anos;
- IV – escolaridade mínima de Ensino Médio Completo;
- V – não estar em débito com a Fazenda Municipal;
- VI – apresentar certidão negativa de antecedentes civil e criminal;
- VII – apresentar comprovante de votação ou justificativa da última eleição ou certidão de quitação eleitoral emitida pelo TRE – RS ou TSE;
- VIII – ser aprovado em teste seletivo de conhecimento da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Língua Portuguesa, Informática e Legislação com conteúdo que abranja até o nível de ensino médio, com percentual mínimo de 60% de acertos em cada conteúdo para aprovação, sob supervisão da comissão designada pelo COMDICA;

4.2. O candidato que, sendo membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, desejar concorrer à função de Conselheiro(a) Tutelar, deve comprovar seu pedido de afastamento até a data de 01 de julho de 2023, por ocasião de sua inscrição no processo de escolha;

4.3. O pedido de inscrição deverá ser formulado pelo candidato, manifestando formalmente seu interesse (através da Ficha de Inscrição, conforme anexo III) junto ao setor de Protocolos na Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa, sito Rua Assis Brasil, 11, Centro, neste município. O período de inscrição será de 03 abril de 2023 a 28 de abril de 2023, de segunda a sexta-feira, no horário entre 08h e 12h e 13:30h às 17:30h. Em anexo, deverá ser apresentada toda a documentação solicitada, de uma única vez. Não será efetivado o protocolo se faltar qualquer documento. Os documentos estão estabelecidos no anexo II.

§ 1º Não serão aceitas substituições de documentos estabelecidos neste edital em nenhuma hipótese.

§ 2º Não serão aceitas inscrições por procuração, somente presenciais.

4.4. Cada candidato poderá inscrever, além do nome, um cognome (apelido), e terá um número, que corresponderá à ordem alfabética da nominata dos concorrentes, definida após a homologação das inscrições pela comissão.

4.5. Encerrado o prazo para a inscrição, o COMDICA publicará edital e afixará no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Assis Brasil, nº 11 Centro, e divulgará no site do Município, a nominata dos candidatos com as inscrições homologadas, conforme cronograma constante no anexo I

Parágrafo único. A partir do encerramento das inscrições, os documentos apresentados pelos candidatos estarão disponíveis para análise, devendo os interessados em sua conferência manifestar o interesse via protocolo na prefeitura, sendo as condições para análise definidas pela comissão designada.

4.6. Publicado o edital da nominata dos candidatos, será aberto o prazo de três dias para impugnações, e, na ocorrência destas, os candidatos serão intimados, para, no mesmo prazo, apresentarem defesa;

4.7. Decorridos os prazos, será oficiado ao Ministério Público para fins do artigo 139 da Lei Federal nº 8.069/1990;

4.8. Havendo impugnação do Ministério Público, o candidato terá igual prazo para apresentar defesa, mediante protocolo na Prefeitura Municipal;

4.9. Cumpridos os prazos acima colocados, as impugnações serão submetidas à comissão eleitoral para decidir sobre o mérito, no prazo de três dias, e dessa decisão, publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal, caberá recursos para a assembleia do COMDICA, no mesmo prazo, que decidirá em igual período, publicando sua decisão no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal;

4.10. Julgadas em definitivo todas as impugnações, o COMDICA publicará edital no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal, em jornal local e no Diário Oficial do Município, no endereço www.carlosbarbosa.rs.gov.br, com a relação dos candidatos habilitados.

5. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau

5.2. Havendo candidatos na situação descrita no item acima, todos podem concorrer ao cargo, porém apenas o mais votado será empossado, permanecendo os demais na suplência e assumindo a função apenas no caso de afastamento ou de licença do titular que gerou o impedimento.

5.3. Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

6. DO PROCESSO SELETIVO

6.1. Participarão do Processo Seletivo todos os candidatos habilitados conforme nominata publicada oficialmente no Mural de Publicações da Prefeitura, jornal local e Diário Oficial do Município;

6.2. A divulgação oficial de todas as informações referentes ao Processo Seletivo dar-se-á através da publicação de avisos, editais e listas de resultados no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal e Diário Oficial Eletrônico;

6.3. O Processo Seletivo se dará por avaliação escrita.

7. DO TESTE SELETIVO

7.1. O teste seletivo será composto de:

- 7.1.1. Prova de Conhecimentos Específicos e Legislação: Lei Federal nº 8069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Municipal nº 2.997/2013 e suas alterações, valendo 50% do peso total da prova;
- 7.1.2. Prova de Língua Portuguesa: conteúdos que abrangem até o nível de Ensino Médio, valendo 30%;
- 7.1.3. Prova de Informática: noções básicas de internet, conhecimentos em softwares processadores de textos e planilhas, valendo 20%;
- 7.1.4. A prova de Conhecimentos Específicos e Legislação, Língua Portuguesa e Informática será baseada no programa indicado no Anexo IV (três), deste edital.

8. DA REALIZAÇÃO DO TESTE SELETIVO

- 8.1. O teste seletivo será realizado no dia 02 de julho de 2023, das 8h às 12h, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Barbosa, sito a Rua Borges de Medeiros, 299, Centro, deste Município;
- 8.2. O teste seletivo terá a duração de 4 (quatro) horas;
- 8.3. O candidato deverá comparecer ao local do teste seletivo com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início do teste, com caneta esferográfica de ponta grossa, de cor azul ou preta;
- 8.4. O ingresso na sala de teste seletivo só será permitido ao candidato que apresentar documento hábil de identidade com foto, devendo ele estar em boas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato;
- 8.5. Não será permitida a entrada, no prédio de realização do teste seletivo, do candidato que se apresentar após dado o sinal sonoro indicativo de início do teste, que se dará às 08:00hrs
- 8.6. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado. Também não será aplicado o teste seletivo fora do local e horário designado pelo edital;
- 8.7. Durante a realização do teste seletivo, não serão permitidas consultas de qualquer espécie, bem como o uso de máquina calculadora, telefone celular, fones de ouvido ou quaisquer aparelhos eletrônicos ou similares. O candidato que se apresentar no local do teste seletivo com qualquer tipo de aparelho eletrônico deverá desligá-lo e entregá-lo ao fiscal, ao entrar na sala, logo após a identificação;
- 8.8. O candidato ao prestar o teste seletivo deverá assinalar suas respostas no cartão de respostas com caneta esferográfica de ponta grossa, de cor azul ou preta;
- 8.9. As questões não assinaladas no cartão de respostas e as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura ainda que legível não serão computadas;
- 8.10. O preenchimento correto do cartão de respostas é de inteira responsabilidade do candidato;
- 8.11. O cartão de respostas, em hipótese alguma poderá ser substituído;
- 8.12. Na hipótese de anulação de questões do teste seletivo, essas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;
- 8.13. **Será excluído do Processo Seletivo o candidato que na realização do teste seletivo:**
 - 8.13.1. Se tornar culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos examinadores, coordenadores, fiscais ou autoridades presentes;
 - 8.13.2. For surpreendido, em ato flagrante, durante a realização das provas, comunicando-se com outro candidato, bem como se utilizando de consultas não permitidas;
 - 8.13.3. Utilizar-se de quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos, em qualquer etapa de sua realização;
 - 8.13.4. O candidato só poderá retirar-se do recinto da sala de realização do teste seletivo, após 1 (uma) hora do início dela;
 - 8.13.5. O candidato não poderá ausentar-se da sala do teste seletivo, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na companhia de um fiscal;
 - 8.13.6. O candidato, ao término do teste seletivo, entregará ao fiscal da sala o cartão de respostas assinado;

8.13.7. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo, nas dependências do local onde forem aplicadas as provas.

8.13.8. O candidato somente poderá levar a prova após 2 horas do início do teste seletivo.

9. DA APROVAÇÃO NO TESTE SELETIVO

9.1. A soma dos pontos das Provas totalizará 100 (cem) pontos;

9.2. Serão aprovados os candidatos que obtiverem no mínimo 60% de acertos em cada conteúdo (Conhecimentos Específicos e Legislação - 30 pontos; Língua Portuguesa - 18 pontos; Informática - 12 pontos).

10. DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

10.1. Todos os prazos constam no anexo I deste Edital.

11. DA PROPAGANDA E PLEITO

11.1. A propaganda dos candidatos é normatizada de acordo com os artigos 37 a 42 da Seção III da Lei Municipal nº 2.997/2013 e suas alterações, conforme datas e prazos constantes no anexo I deste Edital;

11.2. A escolha dos membros do Conselho Tutelar será feita pelos eleitores do Município, sob a responsabilidade do COMDICA, fiscalizada pelo Ministério Público e coordenada pela comissão eleitoral designada, nos termos do artigo 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 e da Lei Municipal nº 2.997;

11.3. Os candidatos a Conselheiros Tutelares somente concorrerão ao Pleito Eleitoral pelo voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos do município no dia 01 de outubro de 2023, das 8h às 17h, tendo como único local de votação Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Barbosa, sito na Rua Borges de Medeiros, nº 299, Centro, em Carlos Barbosa;

11.4. Serão considerados eleitos os cinco candidatos que proporcionalmente receberem o maior número de votos, e em caso de empate na votação seguirão os critérios de desempate estabelecidos no § 10 do art. 29, da Lei Municipal nº 2.997/2013 e suas alterações;

11.5. A Publicação por Edital dos Eleitos para Conselheiros Tutelares será no dia 05 de outubro de 2023 no Diário Oficial do Município, Mural de Publicações da Prefeitura Municipal e site do Município.

12. DA POSSE DOS ELEITOS

12.1. Os 5 (cinco) Conselheiros Tutelares eleitos tomarão posse no dia 10 de janeiro de 2024, sendo o ato presidido pelo COMDICA, com anuência do Ministério Público e nomeados por ato administrativo do Prefeito Municipal.

13. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR

13.1. De acordo com o Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/ 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

14. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

14.1. A jornada de trabalho será de 20 horas semanais, além de regimes de plantão a serem definidos em escala.

14.2. A remuneração para a função de Conselheiro (a) Tutelar está definida no Art. 67 da Lei Municipal nº 2.997/2013 e suas alterações, correspondente a R\$ 2.500,00, sendo o valor reajustável anualmente na mesma data e nos mesmos índices do quadro de servidores municipais.

15. DO MANDATO

15.1.1. O mandato do cargo de Conselheiro Tutelar compreenderá o período de 10/01/2024 a 09/01/2028.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



- 16.1.** Qualquer alteração no cronograma do Processo Seletivo e Eleitoral será comunicada através de Edital fixado no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa e no diário oficial do Município;
- 16.2.** A participação no Processo Seletivo implica o conhecimento das presentes instruções por parte dos candidatos e seu compromisso de aceitar as condições estabelecidas no presente edital;
- 16.3.** A inexatidão e/ou irregularidade constatada nas informações e documentos de qualquer candidato levam a eliminação dele, sem direito a recurso, anulando-se todos os atos decorrentes desde a inscrição;
- 16.4.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Carlos Barbosa, 29 de março de 2023.

Eduardo Specht
Presidente do COMDICA



Edital nº 001/2023

ANEXO I

DO CALENDÁRIO OFICIAL

- 29/03** - Publicação do Edital
- 03/04 a 28/04** - Período de inscrições dos candidatos
- 02/05 a 09/05** – Análise das inscrições
- 10/05** – Homologação com publicação no Diário Oficial das inscrições válidas
- 11/05 a 15/05** - Prazo para impugnações e recursos
- 16/05** - Análise das impugnações e dos recursos
- 17/05** – Homologação das inscrições após análise das impugnações e dos recursos e publicação no Diário Oficial
- 17/05** – Encaminhamento ao Ministério Público da lista de candidatos inscritos
- 18, 19 e 22/05** – Prazo para impugnação do Ministério Público
- 24/05** – Homologação das impugnações do Ministério Público
- 25, 26 e 29/05** – Prazo para apresentação da defesa das inscrições impugnadas pelo Ministério Público
- 30,31, e 01.06** - Prazo para análise dos recursos
- 07/06** – Publicação por Edital, com a nominata dos candidatos habilitados a participarem do Processo Seletivo para Conselheiro(a) Tutelar
- 02/07** – Teste seletivo
- 03/07** – Divulgação do gabarito do teste seletivo (No Diário Oficial do Município, Mural de Publicações da Prefeitura Municipal e site do Município)
- 14/07** – Publicação oficial do resultado do teste seletivo
- 17/07 a 19/07** – Prazo para recursos do resultado do teste seletivo
- 27/07 a 24/07** – Prazo para análise dos recursos
- 07/08** – Publicação por Edital do resultado final do Processo Seletivo com a nominata e número dos candidatos habilitados a concorrerem às Eleições para Conselheiro(a) Tutelar
- 09/08** – Audiência Pública para apresentação dos candidatos à comunidade, às 19 horas, no Posto de Saúde, sito na Rua Rui Barbosa, Centro.
- 16/08 a 29/09** – Campanha oficial dos candidatos
- 01/10** – Eleição dos Conselheiros(as) Tutelares
- 01/10**- Início da apuração a partir das 17h15min com divulgação do resultado imediatamente após o término da apuração
- 05/10** – Publicação por Edital dos candidatos eleitos para Conselheiro (a) Tutelar
- 01/11 a 30/11** – Capacitação dos Conselheiros, independente de Titulares ou Suplentes, a ser definida pelo COMDICA
- 09/01/2024** – Posse dos novos Conselheiros (as) Tutelares
- 10/01/2024** - Início da gestão

Carlos Barbosa, 29 de março de 2023.

Eduardo Specht
Presidente do COMDICA



Edital nº 001/2023

ANEXO II

DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

O candidato deverá apresentar os seguintes documentos para efetuar a inscrição no Processo Seletivo para Conselheiro(a) Tutelar:

1. Ficha de Inscrição;
2. Cópia e original da Carteira de Identidade (com data de expedição inferior a 10 anos) ou Cópia e original da CNH;
3. Cópia e original do Título de Eleitor e comprovante de votação ou justificativa da última eleição ou certidão de quitação eleitoral emitida pelo TRE – RS ou TSE;
4. Cópia e original do CPF (para os candidatos que não possuem o número do CPF no RG) ou Cópia e original da CNH;
5. Declaração autenticada em cartório que reside no município há mais de 02 anos, com comprovante de moradia;
6. Certidão negativa de antecedentes criminal e policial atualizada;
7. Cópia autenticada de comprovação de escolaridade (Histórico escolar e/ou diploma de Escolaridade de Ensino Médio Completo);
8. Certidão negativa de débito municipal atualizada;
9. Uma foto 3x4 atual;
10. Carteira Nacional de Habilitação (quando houver).

Carlos Barbosa, 29 de março de 2023.

Eduardo Specht
Presidente do COMDICA

ANEXO III

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nº de Inscrição: *(Para preenchimento da Comissão)*

Nome do Candidato:

Cognome:

Endereço:

Bairro:

Telefone:

E-mail:

Data de Nascimento:

Escolaridade:

Estado Civil:

Nacionalidade:

Naturalidade:

Nº Título Eleitoral:

Doc. Identidade:

CPF:

Filiação (mãe):

Filiação (pai):

Em atendimento ao Edital 01/2023, do COMDICA, atesto que os dados transcritos nesta ficha, são fiéis aos encontrados nos documentos anexos.

Carlos Barbosa, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do candidato

EDITAL Nº 001/2023

ANEXO IV

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Prova de Conhecimentos Específicos/Legislação:

1.1. Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990

1.2. Lei Municipal nº 2.997 de 17 de dezembro de 2013 e suas alterações Lei Municipal 3.164, de 21 de fevereiro de 2019

1.3. Resolução do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) nº 170 de 10 de dezembro 2014 e alterações posteriores

2. Prova de Língua Portuguesa:

2.1. Sugestão de Bibliografia

2.1.1. CEGALLA, D. P. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Nacional, 48ª ed. 2009.

2.1.2. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

2.2. Conteúdos

2.2.1. Compreensão e interpretação de textos: ideia central e intenção comunicativa; significado contextual de palavras e expressões. Ortografia. Acentuação gráfica. Separação silábica. Classes de palavras. Emprego e flexão de tempos e modos verbais - verbos regulares e irregulares. Termos da oração. Concordância nominal e verbal. Pontuação.

2.2.2. Classificação, uso e flexão de substantivos e adjetivos: singular e plural; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino. Sinônimos e antônimos.

2.2.3. Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, locuções conjuntivas e dos pronomes relativos. Regência nominal e verbal. Ocorrência de crase. O uso dos porquês.

3. Informática:

3.1. Classificação, uso e flexão de substantivos e adjetivos: singular e plural; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino. Sinônimos e antônimos.

3.2. Compreensão e interpretação de textos: ideia central e intenção comunicativa; significado contextual de 3.1 Noções básicas de internet;

3.3. Edição de textos e planilhas.

Carlos Barbosa, 29 de março de 2023.

Eduardo Specht
Presidente do COMDICA